

# Editorial

## O fantasma da crise

A guerra desencadeada pelos Estados Unidos da América e Israel contra o Irã ressaltou, pela enésima vez, a colossal dependência que os países têm do petróleo, enquanto fonte de energia. A gigantesca frota internacional de veículos movidos a gasolina e *diesel*, por exemplo, movimenta-se, diuturnamente, pelas ruas, avenidas e rodovias, tal qual uma serpente metálica sedenta da energia oriunda dos combustíveis.

Qualquer ameaça de desabastecimento provoca logo uma desenfreada corrida aos postos de venda de combustíveis, com a formação de filas quilométricas de carros, caminhões e motocicletas, como aconteceu, há poucos dias, em países como Índia, Bangladesh e Vietnã. Não se sabe ainda quando e como terminará a agressão dos EUA e Israel ao Irã e, também, ao Líbano. A crise energética, portanto, é um fantasma a rondar o planeta.

Em situações como essa, voltam à tona questões como a sustentabilidade do meio ambiente, a partir da redução do consumo de petróleo e, por tabela, das emissões de gás carbônico — o poderoso poluente da atmosfera. A queima de combustíveis fósseis, associada ao desmatamento, alimenta o monstro chamado “efeito estufa”, provocando o aquecimento global e as mudanças climáticas que, hoje, fazem-se sentir na Terra inteira.

Renovam-se, também, diante da iminência de uma crise energética prolongada, os apelos pela urgente substituição dos poços de petróleo por fontes de energia renováveis e biocombustíveis. Duas das principais alternativas — no caso, as energias solar e eólica — são realidades na Paraíba. Outras soluções incluem etanol e biocerosene (no caso da frota aérea). Enfim, faz tempo que a natureza e a tecnologia humana mostram as saídas.

As mudanças de hábito também estão no rol das alternativas para se evitar um colapso global, seja do ponto de vista do consumo de derivados do petróleo, seja do meio ambiente — que, por sinal, tem dado mostras cabais de que está à beira do esgotamento total, tantas são as agressões sofridas. Os investimentos em trabalho remoto, rodízio de veículos e, com maior destaque, no transporte público, são as políticas mais acertadas.

A sociedade humana, em termos gerais, precisa dar uma trégua a si mesma, no que se refere às desigualdades sociais, aos conflitos armados e à depreciação dos ecossistemas. Com as guerras, a pobreza e os processos poluentes, a humanidade atira várias vezes contra si mesma, e não se sabe até quando o corpo social suportará tais níveis de maus-tratos, isso sem falar na mente, que também se encontra, hoje, com sérias avarias.

## Artigo

Cidival Morais de Sousa  
Colaboração

### Os desafios do velho (e novo) “Chico”

Recebi, no último fim de semana, da querida Tania Bacelar, o documento “Velho Chico, Novos Caminhos”, recém-publicado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e que celebra os 20 anos da outorga que permitiu a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional. Não resisti à provocação — “Conheces?” — e logo encarei o texto com a atenção que o tema desperta para os que ainda acreditam em desenvolvimento regional. Eis, portanto, uma síntese crítica do que li. Estruturado em três partes — “A Nascente”, “O Curso” e “Os Novos Caminhos” —, o texto se inscreve como registro comemorativo, mas também como narrativa oficial de um projeto que atravessou governos e se consolidou como símbolo de resiliência e justiça social.

A narrativa institucional construída em “Velho Chico, Novos Caminhos” não se furta a descrever a complexidade do empreendimento: os 477 quilômetros de canais, os túneis que perfuram a chapada, as estações de bombeamento que elevam a água a alturas monumentais. O sucesso técnico é inegável, e a emoção estampada nos rostos dos sertanejos ao verem a água chegar pela primeira vez é o selo de legitimidade mais poderoso que qualquer política pública pode almejar. No entanto, a mesma narrativa que celebra a vitória da engenharia revela, nas entrelinhas, as tensões fundamentais de uma política que ainda busca conciliar desenvolvimento com equidade.

A construção do projeto foi marcada por uma intensa arena de disputas: estados doadores *versus* estados receptores, movimentos sociais contra a centralização da gestão hídrica, e um acirrado debate ambiental que exigiu a criação de 38 programas de mitigação e um investimento superior a R\$ 1 bilhão em compensações. A descrição dos bastidores da outorga, com seus três dias de negociação para obter a assinatura de um governador, expõe que a água, mesmo sob a retórica do bem comum, é um recurso profundamente político, cuja distribuição depende de pactos frágeis e de complexas costuras federativas que nem sempre privilegiam os mais vulneráveis.

O documento aponta, ainda, que o grande desafio do Pisf agora é a “sustentabilidade operacional”, com a migração para um modelo de Parceria Público-Privada e a responsabilização dos estados pelos altos custos de energia, que chegam a representar 80% das despesas. A assinatura dos contratos de pagamento e a qualificação do projeto no Programa de Parcerias de Investimentos indicam uma guinada em direção a uma gestão que prioriza a eficiência fiscal, mas que também carrega o risco de transformar o acesso à água em uma equação financeira que pode não alcançar os pequenos agricultores e as comunidades rurais difusas que ainda aguardam a capilaridade prometida.

Se as secas se tornarem mais severas e recorrentes, como alertam os próprios gestores no documento, o projeto precisará ser ressignificado: não mais como uma obra excepcional, mas como parte de uma política estruturante de convivência com o semiárido. Para além das cifras grandiosas e das festas de chegada das águas, o verdadeiro teste do empreendimento reside em sua capacidade de garantir que a água chegue de fato a quem mais precisa, que as vilas produtivas se tornem efetivas alternativas de emancipação social e que a gestão do sistema se torne um modelo de cooperação federativa. A vitória da engenharia está garantida; o desafio, agora, é transformar essa conquista em um símbolo duradouro de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

“

**A construção do projeto foi marcada por uma intensa arena de disputas**

## Foto Legenda

Carlos Rodrigo



Paixão

## Artigo

Abelardo Jurema Filho  
abelardojurema@hotmail.com | Colaborador

### A confissão

Fui batizado na Igreja da Matriz, no Rio de Janeiro. Minha primeira comunhão ficou registrada numa foto em preto e branco: terço branco de calças curtas, uma vela e o catecismo nas mãos. Cresci sob princípios católicos herdados de minha mãe, dona Vaninha, que mantinha, logo na entrada de casa, uma imagem de Nossa Senhora de Fátima — a santa com quem mais se identificava e com quem conversava nos momentos de angústia e contrição.

Sou de um tempo em que a Semana Santa, especialmente a Sexta-Feira da Paixão, era profundamente respeitada pela comunidade católica e tinha grande significado para as famílias brasileiras. As rádios mudavam sua programação, tocando músicas sacras ou eruditas, em respeito ao Senhor Morto.

“É o maior dia do ano”, dizia dona Vaninha, com a autoridade de sua fé inabalável nos desígnios de Deus e na força da Santíssima Trindade.

Na casa da Cesário Alvim, o jejum começava na quarta-feira e ia muito além da abstinência de carne, já retirada do cardápio desde o início da semana. Eram dias de preparação para reviver o sofrimento, a morte e a ressurreição de Jesus — o homem que deu sentido à vida na Terra e nos deixou, em uma única frase, o segredo da paz: “Amai-vos uns aos outros”.

As casas noturnas não abriam, os restaurantes fechavam mais cedo, os bares permaneciam vazios. Não era imposição: era um gesto coletivo, quase silencioso, de respeito e contrição. Uma forma de se solidarizar com o sacrifício daquele que ensinou o amor ao próximo, a compaixão e a arte de viver plenamente.

Hoje, esses valores já não carregam o mesmo peso. As relações se tornaram mais rápidas, superficiais, imediatas. O calvário do Filho de Deus virou, para muitos, apenas mais um feriadão. Enquanto isso, guerras conti-

“

**Não era imposição: era um gesto coletivo, quase silencioso, de respeito e contrição**

nuam a dizimar populações, com mísseis e *drones* cruzando os céus, destruindo cidades e interrompendo vidas, não respeitando sequer mulheres e crianças.

É então que me vem à memória a imagem de minha mãe, ao me ver pela casa, sem camisa, pronto para sair e jogar bola na rua:

“Vá se vestir, menino. Hoje não é dia de brincadeira. Respeite o sofrimento de Jesus”.

Talvez por isso, resolvi procurar o padre Marcondes Menezes, meu amigo e conselheiro espiritual, disposto a me submeter a um rito cristão do qual havia me afastado, considerado o sacramento da penitência, reconciliação ou confissão, um dos sete sacramentos instituídos por Jesus Cristo, no qual os fiéis obtêm o perdão de Deus pelos pecados cometidos. Encontrei-o na Igreja Auxílio dos Cristãos, onde é o pároco, e fui fazer uma confissão. Ajoelhei-me diante dele para responder pelos meus pecados — em pensamentos, palavras, atos e omissões.

Saí de lá mais leve, como se tivesse feito uma faxina no meu coração. Com a fé renovada e paz na consciência.

### SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



**William Costa**  
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

**Naná Garcez de Castro Dória**  
DIRETORA-PRESIDENTE

**Amanda Mendes Lacerda**  
DIRETORA ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE PESSOAS

**Rui Leitão**  
DIRETOR DE RÁDIO E TV

## A UNIÃO

Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

**Gisa Velga**  
GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

**Renata Ferreira**  
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: [circulacao@epc.pb.gov.br](mailto:circulacao@epc.pb.gov.br) (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual ..... R\$ 404,25 / semestral ..... R\$ 202,12 / número atrasado ..... R\$ 4

CONTATO: [redacao@epc.pb.gov.br](mailto:redacao@epc.pb.gov.br) / [ouvidoria@epc.pb.gov.br](mailto:ouvidoria@epc.pb.gov.br)